


**TERMO DE ENTENDIMENTO TÉCNICO ENTRE O  
DISTRITO FEDERAL  
E A SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

O Distrito Federal e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda acordam os critérios, as definições e as metodologias de apuração, projeção e avaliação apresentadas a seguir, os quais serão aplicados no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (Programa) do Distrito Federal para o período 2016-2018.

  
**RODRIGO ROLLEMBERG**  
Governador do Distrito Federal

  
**ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI**  
Secretária do Tesouro Nacional



## SEÇÃO I – CRITÉRIOS GERAIS

### ABRANGÊNCIA DAS RECEITAS E DESPESAS CONSIDERADAS NO PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL

O Programa considera a execução orçamentária relativa às administrações direta e indireta com todas as fontes de recursos do Distrito Federal, observado o ajuste relativo à apuração da despesa com inativos e pensionistas, a saber:

Quadro I - 1 – Demonstrativo das fontes de recursos do Distrito Federal

Fonte de Recursos	Especificação
100000000	ORDINÁRIO NÃO VINCULADO
101000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIP. DOS ESTADOS E DF
102000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS
103000000	COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO
105000000	TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTO TERRITORIAL RURAL
107000000	ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS (LEI Nº 81/89)
108000000	COMPENSAÇÃO PELA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS
109000000	TRANSF IMP SOBRE PROD INDUST-ESTADOS EXPORTADORES
111000000	TAXA DE EXPEDIENTE
114000000	LIMPEZA PÚBLICA
115000000	TAXA DE VISTORIA DE EST.REG.SOB SID - AGRICULTURA
117000000	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS
120000000	DIRETAMENTE ARRECADADOS
121000000	APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS (CONVÊNIOS)
122000000	APLIC FINANC DE RECURSOS TRANSFERIDOS AO FUNDEB
123000000	AMORTIZAÇÃO DE FINANCIAMENTOS
125000000	TRANSFERÊNCIA PARA O DESPORTO NÃO-PROFISSIONAL
130000000	TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO
131000000	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS DO GDF
132000000	CONVÊNIOS OUTROS ÓRGÃOS (NÃO-INTEGRANTES DO GDF)
134000000	CONTRIBUIÇÃO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA
135000000	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS
136000000	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS
138000000	RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
140000000	PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
146000000	PROGRAMA NAC. APOIO AO TRANSP. ESCOLAR-PNATE
147000000	PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO
148000000	COTA PARTE CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO
150000000	TAXA FISCALIZAÇÃO S/SERVIÇOS PÚBL.ABAST.AGUA E ESG
151000000	TAXA FISCALIZAÇÃO DOS USOS DOS RECURSOS HIDRÍCOS -
152000000	CONTR.PROG.INC.ARREC. E EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA
156000000	REC.REG.SIMPL.DE TRIB.FORN.ALIM.E BEBIDAS EM BARES
157000000	COMPENSAÇÃO PELA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS
158000000	RECURSOS DO SISTEMA ASSISTÊNCIA SOCIAL
160000000	RECURSOS DECOR. DE TAXAS PELO PODER DE POLÍCIA
161000000	RECURSOS DE DIVIDENDOS
168000000	OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR - ODIR
169000000	OUTORGA ONEROSA DE ALTERAÇÃO DE USO - ONALT
170000000	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE FUNDOS
171000000	RECURSOS PRÓPRIOS DOS FUNDOS
172000000	RECURSOS DECORRENTE DE DEP. JUDICIAIS-LEI-4866/201
177000000	TRANSFERENCIA DO FNDE, NO ÂMBITO DO SIMEC

Fonte de Recursos	Especificação
178000000	RECURSOS DECORRENTES DE JUROS SOBRE O CAPITAL
206000000	CONTRIB. P/ O PLANO DE SEG. SOCIAL DO SERV.DO EXEC
217000000	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS
220000000	DIRETAMENTE ARRECADADOS
221000000	APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS (CONVÊNIOS)
231000000	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS DO GDF
232000000	CONVÊNIOS OUTROS ÓRGÃOS (NÃO-INTEGRANTES DO GDF)
233000000	COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA EM REG.GERAL E PRÓPRIOS
237000000	MULTAS PREVISTA NA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO
254000000	CONTRIB. PREVIDÊNCIA DO SERV.DA CÂMARA LEGISLATIVA
255000000	CONTRIB. PREVIDÊNCIA DO SERV.DO TRIBUNAL DE CONTAS
264000000	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL CAMARA LEGISLATIVA P/ O RPPS
265000000	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL TCDF P/ O RPPS
266000000	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL EXECUTIVO PARA O RPPS
267000000	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DO RPPS
270000000	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE FUNDOS
271000000	RECURSOS PRÓPRIOS DOS FUNDOS
300000000	ORDINÁRIO NÃO VINCULADO
301000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTIC DOS ESTADOS E DO DF
302000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS
309000000	TRANSF IMP SOBRE PROD INDUST-ESTADOS EXPORTADORES
320000000	DIRETAMENTE ARRECADADOS
321000000	APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS (CONVÊNIOS)
322000000	APLICAÇÃO FINANCEIRA - FUMDEB
323000000	AMORTIZAÇÃO DE FINANCIAMENTOS EXER ANT
325000000	TRANSFERÊNCIA PARA O DESPORTO NÃO-PROFISSIONAL
331000000	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS DO GDF
332000000	CONVÊNIOS OUTROS ÓRGÃOS-EXERCÍCIOS ANTERIORES
335000000	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS
336000000	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS
338000000	RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
340000000	RECURSOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOL
347000000	PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO
348000000	COTA PARTE CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO
358000000	RECURSOS DO SISTEMA ASSISTÊNCIA SOCIAL
368000000	OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR - ODIR
369000000	OUTORGA ONEROSA DE ALTERAÇÃO DE USO - ONALT
370000000	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE FUNDOS
374000000	PRONATEC
375000000	APOIO FINANCEIRO PARA APURAÇÃO DO SUPERRAVIT F
376000000	APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO À EDUCAÇÃO BÁSICA DO DI
377000000	TRANSFERENCIA DO FNDE, NO ÂMBITO DO SIMEC
406000000	CONTRIB. P/ O PLANO DE SEG. SOCIAL DO SERV.DO EXEC
407000000	ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS (LEI Nº 81/89) EX.ANTERIOR
417000000	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS - EXERC. ANT
420000000	DIRETAMENTE ARRECADADOS
421000000	APLIC FINANC VINCULADAS-CV-EXERCÍCIOS ANTERIORES
423000000	AMORTIZAÇÃO DE FINANCIAMENTOS EXER ANT
431000000	CONV COM ÓRGÃOS DO GDF-EXERCÍCIOS ANTERIORES
432000000	CONV COM OUTROS ÓRGÃOS -EXERCÍCIOS ANTERIORES
433000000	COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA EM REG.GERAL E PRÓPRIOS

Fonte de Recursos	Especificação
437000000	MULTAS PREVISTA NA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO
454000000	CONTRIB. PREVIDÊNCIA DO SERV.DA CÂMARA LEGISLATIVA
455000000	CONTRIB. PREVIDÊNCIA DO SERV.DO TRIBUNAL DE CONTAS
466000000	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL EXECUTIVO PARA O RPPS
467000000	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DO RPPS
471000000	RECURSOS PRÓPRIOS DOS FUNDOS
900000000	RECURSOS CONDICIONADOS
907000000	ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS (LEI Nº 81/89)
920000000	DIRETAMENTE ARRECADADOS
934000000	CONTRIBUIÇÃO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA
961000000	RECURSOS DE DIVIDENDOS

As receitas e despesas de natureza previdenciárias são consideradas de forma a apurar o custo do sistema previdenciário para o tesouro distrital, conforme descrito na Seção IV.

Os recursos oriundos do Fundo Constitucional do Distrito Federal, bem como suas correspondentes despesas, integram a execução orçamentária registrada no Sistema de Gestão Governamental (SIGGO) em 2016, mas não fazem parte das projeções das receitas e despesas do Programa.

#### **REGIMES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS RECEITAS E DESPESAS**

Segundo o art. 35 da Lei nº 4.320/64, serão consideradas as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no exercício financeiro.

#### **VIGÊNCIA DO PROGRAMA**

Durante a vigência do Contrato, o Programa será elaborado para o período de três anos e terá caráter rotativo.

Em 2017, o Distrito Federal poderá manifestar interesse em não revisar o Programa. Caso a opção seja pela revisão, deverá apresentar até 31 de maio proposta preliminar de metas e compromissos para o triênio 2017-2019, devendo-se iniciar as negociações pertinentes entre as partes. Se até 31 de outubro não for concluída a revisão do Programa, entende-se que há plena concordância das partes com a manutenção do Programa vigente.

Em 2018, o Distrito Federal deverá apresentar até 31 de maio proposta preliminar de metas e compromissos para o triênio 2018-2020. O Programa resultante deverá expressar a continuidade do processo de reestruturação e ajuste fiscal do Distrito Federal. O Distrito Federal entende que a não revisão do Programa em 2018 equivale ao descumprimento de seis metas, implicando apenamento nos termos da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, com redação dada pela Lei nº 10.661, de 22 de abril de 2003.

#### **ÍNDICE DE PREÇOS**

Para todos os efeitos, o índice de preços utilizado no Programa é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – (IPCA) apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ao se tratar de fluxos de receitas e despesas, serão utilizados índices médios anuais. No caso de estoques de dívida, os índices acumulados ao final de cada exercício.

## **SEÇÃO II – DEFINIÇÕES UTILIZADAS NO PROGRAMA**

---

### **ALIENAÇÃO DE ATIVOS**

Montante da receita proveniente da conversão em espécie de bens e direitos, decorrente de sua alienação total ou parcial, inclusive por meio de privatização.

### **AMORTIZAÇÕES DE DÍVIDA**

Despesas com o pagamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida financeira, discriminadas entre intralimite e extralimite.

As amortizações intralimite referem-se às dívidas especificadas no art. 6º da Lei nº 9.496/97, com redação dada pela Medida Provisória nº 2.192-70/01. As demais são consideradas extralimite.

### **ATRASOS / DEFICIÊNCIA**

Montante da diferença entre a necessidade de financiamento bruta e as fontes de financiamento (operações de crédito e alienação de ativos). Valores positivos são indicativos de insuficiência de fontes de financiamento, acarretando a necessidade de utilizar disponibilidades financeiras de exercícios anteriores ou de incorrer em postergação do pagamento de compromissos. Valores negativos indicam que a receita líquida e as fontes de financiamento foram mais do que suficientes para honrar as despesas financeiras e não financeiras. Uma vez que tais despesas são apuradas pelo regime de competência, não há correspondência plena com as disponibilidades de caixa geradas no exercício.

### **CAPITALIZAÇÃO DE FUNDOS PREVIDENCIÁRIOS**

Montante das despesas correspondentes ao repasse de recursos destinados à capitalização de fundo de previdência.

### **CONTA GRÁFICA**

Montante correspondente à amortização extraordinária prevista no contrato de refinanciamento da dívida ao amparo da Lei nº 9.496/97 e seus termos aditivos.

### **DESPESAS COM FUNCIONALISMO PÚBLICO**

Despesas orçamentárias com pessoal ativo e inativo e pensionistas, relativas a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência, conforme estabelece o caput do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000 – LRF. (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – Parte I, Procedimentos Contábeis Orçamentários – 6ª. Edição, pág. 72<sup>1</sup>)

Essas despesas consideram também os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos, conforme estabelecido no § 1º do art. 18 da LRF.

### **DESPESAS COM TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS A MUNICÍPIOS**

Montante das despesas com transferências constitucionais e legais para Municípios, correspondente à repartição das receitas (principal e acessórias) de ICMS, IPVA, IPI-Exportação,

---

<sup>1</sup> Disponível em 13 de julho de 2015:

[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/CPU\\_MCASP+6%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o\\_Republ2/fa1ee713-2fd3-4f51-8182-a542ce123773](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/CPU_MCASP+6%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o_Republ2/fa1ee713-2fd3-4f51-8182-a542ce123773).



CIDE, bem como das despesas executadas em decorrência da aplicação do disposto no § 1º do art. 20 da Constituição Federal.

O montante das demais despesas com transferências a Municípios compõe as outras despesas correntes e de capital (OCC).

Para os Estados que possuem fundo de combate à pobreza, não há repartição tributária sobre as receitas previstas no § 1º do art. 82 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), da Constituição Federal.

#### **DESPESAS NÃO FINANCEIRAS**

Montante das despesas orçamentárias empenhadas (equivalentes ao somatório das despesas liquidadas e restos a pagar não processados), excluídas as despesas com transferências constitucionais e legais aos Municípios, encargos e amortização de dívidas, aquisição de títulos de crédito, capitalização de fundos previdenciários e despesas para financiar o saneamento de bancos estaduais.

#### **DÍVIDA FINANCEIRA**

Montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.

Também integram a Dívida Financeira as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.

São considerados os saldos das dívidas da administração indireta honradas pelo Tesouro do Distrito Federal, independentemente de terem sido assumidas formalmente, de forma consistente com a abrangência das receitas e despesas consideradas no Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal, podendo assim haver divergência quanto à abrangência do conceito de dívida da LRF.

O conceito de Dívida Financeira seguirá as interpretações do Manual de Demonstrativos Fiscais (6ª edição) quanto à Dívida Consolidada, inclusive nos aspectos pertinentes ao RPPS, exceto em relação aos seguintes itens:

- As operações realizadas por antecipação de receitas orçamentárias (ARO) compõem a Dívida Financeira;
- Os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos não compõem a Dívida Financeira; e
- Os parcelamentos de responsabilidade do Distrito Federal junto ao seu Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) não compõem a Dívida Financeira.

#### **FINANCIAMENTO PARA SANEAMENTO FINANCEIRO OU REESTRUTURAÇÃO DE DÍVIDAS**

Montante correspondente à receita decorrente de operação de crédito para saneamento financeiro de empresas estatais ou reestruturação de dívidas estaduais e de sua correspondente despesa.

#### **INVERSÕES**

Despesas orçamentárias com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; concessão de empréstimos e financiamentos; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas, além de outras despesas classificáveis neste grupo.

#### **INVESTIMENTOS**

Despesas orçamentárias com softwares e com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição

de instalações, equipamentos e material permanente. (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – Parte I, Procedimentos Contábeis Orçamentários - 6ª. Edição pág. 72<sup>2</sup>).

#### **JUROS**

Montante correspondente à despesa com o pagamento de juros, comissões e outros encargos relativos à dívida financeira, discriminado entre intralimite e extralimite.

Os juros intralimite correspondem aos juros das dívidas especificadas no art. 6º da Lei nº 9.496/97, com redação dada pela Medida Provisória nº 2.192-70/01. As demais despesas com juros são consideradas extralimite.

Os juros extralimite são apresentados deduzidos das receitas financeiras.

#### **NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO BRUTA**

Montante correspondente ao somatório dos valores da necessidade de financiamento líquida, da despesa com amortizações de dívida e da despesa com capitalização de fundos previdenciários. Valores positivos indicam necessidade adicional de recursos para manter a adimplência com esses compromissos. Valores negativos mostram que foram gerados recursos mais do que suficientes para as referidas obrigações.

#### **NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO LÍQUIDA**

Montante necessário para o pagamento dos juros, após a dedução do valor apurado de resultado primário. Valores positivos indicam necessidade adicional de recursos para manter a adimplência com esses compromissos. Valores negativos mostram que foram gerados recursos suficientes tanto para o pagamento dos encargos como para o pagamento, pelo menos parcial, das amortizações.

#### **OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

Recursos provenientes de compromissos do Tesouro Distrital com credores situados no país ou no exterior, decorrentes de financiamentos, empréstimos ou colocação de títulos.

#### **OUTRAS DESPESAS CORRENTES (ODC)**

Despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica "Despesas Correntes" não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa não financeira (pessoal e sentenças judiciais).

#### **OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL (OCC)**

Montante equivalente à diferença entre as despesas não financeiras e as despesas com pessoal.

As outras despesas correntes e de capital (OCC) são subdivididas em investimentos, inversões, sentenças judiciais e outras despesas correntes.

Inclui o montante das despesas com transferências a Municípios não consideradas como constitucionais e legais.

#### **RECEITA BRUTA**

Montante das receitas orçamentárias, excluídos os valores correspondentes a receitas financeiras, operações de crédito e alienação de ativos.

<sup>2</sup> Disponível em 13 de julho de 2015:

[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/CPU\\_MCASP+6%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o\\_Republ2/fa1ee713-2fd3-4f51-8182-a542ce123773](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/CPU_MCASP+6%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o_Republ2/fa1ee713-2fd3-4f51-8182-a542ce123773).



### **RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)**

Montante decorrente da diferença entre os valores das receitas correntes e da despesa com transferências constitucionais e legais a Municípios.

Difere do conceito da LRF quanto à abrangência e quanto à metodologia de cálculo.

### **RECEITAS DE ARRECAÇÃO PRÓPRIA**

Montante correspondente ao somatório das receitas tributárias (exceto o Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre valores pagos pelo Distrito Federal, de contribuições, patrimoniais (exceto as financeiras), agropecuárias, industriais, de serviços (exceto as financeiras), outras receitas correntes, amortizações de empréstimos e outras receitas de capital.

### **RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS**

Montante das receitas de transferências correntes e de capital acrescido do Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre valores pagos pelo Distrito Federal.

As receitas de transferências relativas ao FPE, ao FPM, ao IPI-Exportação e à Lei Complementar nº 87/96 consideram o valor integral sobre o qual incide a dedução para o FUNDEB.

### **RECEITAS FINANCEIRAS**

Correspondem às receitas de juros de títulos de renda, fundos de investimentos, remuneração de depósitos bancários, remuneração de depósitos especiais, remuneração de saldos de recursos não desembolsados, outras receitas de valores mobiliários e receitas de serviços financeiros.

### **RECEITA LÍQUIDA**

Receita resultante da diferença entre os montantes de receita bruta e de despesas com transferências constitucionais e legais aos Municípios.

### **RECEITA LÍQUIDA REAL (RLR)**

Receita definida na Lei nº 9.496/97, no contrato de refinanciamento de dívida com a União, efetuado ao seu amparo, na Lei nº 10.195/01, com redação dada pela Lei nº 11.533/07, e no art. 83 da Lei nº 12.249/10, utilizada para calcular: (a) a relação dívida financeira / RLR (meta 1 do Programa), (b) o serviço da dívida refinanciada, na eventualidade de ser observado o limite de dispêndio previsto no contrato, (c) a relação outras despesas correntes / RLR (compromisso da meta 5 do Programa), e (d) a relação despesas de investimentos e inversões / RLR (meta 6 do Programa).

A RLR corresponde ao montante da receita realizada deduzidos:

- as receitas de operações de crédito;
- as receitas de alienação de bens;
- as receitas de transferências voluntárias ou de doações recebidas com o fim específico de atender despesas de capital;
- as receitas de transferências de que trata o art. 83 da Lei nº 12.249/10;
- os recursos de que trata o art. 5º da Lei nº 10.195/01, com redação dada pela Lei nº 11.533/07;
- os recursos provenientes de repasses do Fundo Nacional de Saúde a título de Gestão Plena do Sistema Estadual de Saúde, conforme previsto no Parecer PGFN/CAF nº 1.331/04; e,
- as despesas com transferências constitucionais e legais aos Municípios.



## RECEITA ORÇAMENTÁRIA

São classificados como receita orçamentária todos os ingressos disponíveis para cobertura das despesas orçamentárias e operações que, mesmo não havendo ingresso de recursos, financiam despesas orçamentárias. Não fazem parte da receita orçamentária as operações de crédito por antecipação da receita e outras entradas compensatórias no ativo e no passivo financeiros, conforme art. 57 da Lei nº 4.320/64.

Os fundos distritais compõem a execução orçamentária da receita do Distrito Federal.

## RESULTADO PRIMÁRIO

Montante correspondente à diferença entre a receita líquida e as despesas não financeiras.

## SENTENÇAS JUDICIAIS

Despesas orçamentárias resultantes de:

- a) pagamento de precatórios, em cumprimento ao disposto no art. 100 e seus parágrafos da Constituição, e no art. 78 do ADCT;
- b) cumprimento de sentenças judiciais, transitadas em julgado, de empresas públicas e sociedades de economia mista, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;
- c) cumprimento de sentenças judiciais, transitadas em julgado, de pequeno valor, na forma definida em lei, nos termos do §3º do art. 100 da Constituição;
- d) cumprimento de decisões judiciais, proferidas em Mandados de Segurança e Medidas Cautelares; e
- e) cumprimento de outras decisões judiciais. (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – Parte I, Procedimentos Contábeis Orçamentários - 6ª. Edição pág. 88<sup>3</sup>).

## SERVIÇO DA DÍVIDA

Somatório dos pagamentos de juros, encargos e amortizações da dívida.

## SEÇÃO III – METODOLOGIA GERAL DE PROJEÇÃO, APURAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE METAS

---

### PROJEÇÃO

Os montantes projetados de receitas e despesas são resultantes de estimativas de responsabilidade do Distrito Federal, acordadas com a STN.

### APURAÇÃO DOS DADOS

Os valores de receitas e despesas, expressos a preços correntes, são extraídos de balancetes mensais do Distrito Federal, todas as fontes, e compatibilizados com o balanço anual.

Os valores das receitas da Gestão Plena de Saúde fornecidos pelo Distrito Federal serão conciliados com as informações contidas na página da internet do Fundo Nacional de Saúde (endereço: <http://www.fns.saude.gov.br/indexExterno.jsf>).

---

<sup>3</sup> Disponível em 13 de julho de 2015:

[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/CPU\\_MCASP+6%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o\\_Republ2fa1ee713-2fd3-4f51-8182-a542ce123773](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/CPU_MCASP+6%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o_Republ2fa1ee713-2fd3-4f51-8182-a542ce123773).

## **AValiação DO CUMPRIMENTO DE METAS E COMPROMISSOS**

A avaliação do cumprimento será efetuada anualmente. Os valores realizados serão apurados utilizando-se a mesma metodologia adotada para a projeção das metas e compromissos do Programa.

À exceção da meta 1, mesmo que determinados valores tenham sido projetados a partir da adoção de hipóteses e parâmetros estimativos, não haverá qualquer ajuste de metas decorrente de discrepâncias com as hipóteses e parâmetros efetivamente observados, salvo por erro material. Logo, as metas estabelecidas a preços correntes ou percentuais de receita serão consideradas fixas.

Até o dia 31 de maio de cada ano, o Distrito Federal encaminhará à STN Relatório do Programa relativo ao exercício anterior, contendo análise detalhada do cumprimento ou descumprimento de cada meta ou compromisso, bem como das ações executadas. O Distrito Federal também deverá observar os prazos para o envio dos documentos listados no Programa de Trabalho e encaminhar a documentação complementar necessária para a avaliação nos termos e prazos aqui definidos.

A Secretaria do Tesouro Nacional avaliará preliminarmente, até 30 de junho do exercício subsequente ao exercício avaliado, se estão sendo cumpridas as metas ou compromissos no âmbito do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal.

A partir de 30 de junho de cada ano, na hipótese de a avaliação preliminar indicar que houve descumprimento das metas 1 ou 2, o Distrito Federal não terá a adimplência em relação às metas ou compromissos atestada pela Secretaria do Tesouro Nacional enquanto persistirem os efeitos desta avaliação.

A avaliação preliminar que conclua pelo descumprimento das metas 1 ou 2 poderá ser revista pelo Ministro de Estado da Fazenda, para todos os efeitos, após apresentação de justificativa fundamentada pelo Distrito Federal.

Decorridos 120 (cento e vinte) dias da comunicação ao Distrito Federal acerca da avaliação preliminar que concluiu pelo cumprimento das metas ou compromissos no âmbito do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal, e desde que não tenha havido fatos supervenientes contrários àqueles anteriormente considerados na avaliação preliminar, a avaliação será considerada definitiva.

No âmbito do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal, devem ser observadas as seguintes condições estabelecidas no parágrafo único do art. 26 da Medida Provisória nº 2.192-70, de 2001:

- o descumprimento das metas e compromissos fiscais, definidos nos Programas de Reestruturação e de Ajuste Fiscal, implicará a imputação, a título de amortização extraordinária exigida juntamente com a prestação devida, de valor correspondente a vinte e cinco centésimos por cento da Receita Líquida Real – RLR da Unidade da Federação, média mensal, por meta não cumprida;
- a penalidade prevista no item acima será cobrada pelo período de seis meses, contados a partir da notificação, pela União, do descumprimento, e sem prejuízo das demais cominações pactuadas nos contratos de refinanciamento; e
- no caso de cumprimento integral das metas 1 e 2, não se aplica a penalidade prevista no item acima, o Distrito Federal será considerado adimplente para todos os demais efeitos.

## **DADOS, INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS A SEREM ENCAMINHADOS PELO DISTRITO FEDERAL**

O Distrito Federal compromete-se a encaminhar, segundo as respectivas periodicidades, os seguintes dados, informações e documentos de acordo com o modelo estabelecido no Programa de Trabalho:

- Demonstrativo da Execução Orçamentária, todas as fontes – mensalmente;
- Item 1.3 - Balanço Geral do Distrito Federal – anualmente – até 31 de maio de cada exercício;

- Item 1.6 - Demonstrativo dos restos a pagar (todas as fontes) processados, não processados e cancelados do exercício avaliado, discriminados por elemento de despesa – anualmente – até 31 de março de cada exercício;
- Item 1.7 - Relação das fontes de recursos, discriminando as fontes tesouro – anualmente – até 31 de maio de cada exercício;
- Item 1.8 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa – anualmente – até 25 de fevereiro de cada exercício;
- Item 1.9 - Relatório sobre a Execução do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Distrito Federal relativo ao exercício anterior e sobre as perspectivas para o triênio seguinte (Relatório do Programa) – anualmente – até 31 de maio de cada exercício.
- Quadro 1.10.a - Demonstrativo quadrimestral do saldo e anual do serviço realizado da dívida da administração direta e indireta do Distrito Federal, todas as fontes - quadrimestralmente;
- Quadro 1.10.b - Demonstrativo das variações da dívida distrital – anualmente – até 25 de fevereiro de cada exercício;
- Quadro 1.10.c - Demonstrativo do Estoque e Pagamentos de Precatórios – anualmente – até 31 de maio de cada exercício;
- Item 1.13a - Nota Técnica com a atualização das informações sobre a gestão do sistema previdenciário no exercício anterior, a situação atuarial, a contabilização das receitas e despesas previdenciárias, a situação dos demais poderes (inclusive a demonstração de como são registradas suas receitas e despesas previdenciárias) e a regularidade das contribuições do tesouro distrital para o RPPS – anualmente – até 31 de março de cada exercício;
- Item 1.13b - Nota Técnica com a conciliação das informações contábeis dos fundos previdenciário e financeiro com a contabilidade distrital do exercício avaliado, com vistas a demonstrar o custo do sistema previdenciário para o tesouro distrital registrado no item “Inativos e Pensionistas” do Anexo I do Programa – anualmente – até 31 de março de cada exercício;
- Item 1.17 - Demonstrativo das condições contratuais das dívidas financeiras do tesouro distrital – anualmente – até 25 de fevereiro de cada exercício;
- Item 1.18.a - Demonstrativo das despesas com pessoal e encargos, todas as fontes – anualmente – até 25 de fevereiro de cada exercício;
- Item 1.18b - Demonstrativo do RPPS: apuração da insuficiência financeira do fundo financeiro no exercício avaliado – anualmente – até 25 de fevereiro de cada exercício;
- Item 1.18c - Demonstrativo do RPPS: apuração do déficit financeiro do fundo previdenciário no exercício avaliado – anualmente – até 25 de fevereiro de cada exercício;
- Item 1.21a - Demonstrativo das liberações das operações de crédito contratadas e a contratar – anualmente – até 25 de fevereiro de cada exercício;
- Item 1.21b - Demonstrativo das liberações de operações de crédito no exercício avaliado – anualmente – até 25 de fevereiro de cada exercício;
- Item 1.27 - Demonstrativo das receitas relativas à Gestão Plena do Sistema Distrital de Saúde – anualmente; e
- Item 1.29 - Manifestação do Órgão de Controle Interno sobre a Prestação de Contas do Governador – anualmente – até 31 de maio de cada exercício.

## **VERIFICAÇÃO QUANTO AO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS DE NATUREZA ACESSÓRIA DE QUE TRATA O INCISO VI DO ART. 21 DA RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 43/01**

Os prazos de entrega dos documentos, para fins de comprovação quanto ao adimplemento de que trata o inciso IV do art. 5º da Portaria MF nº 106, de 28 de março de 2012, são os estabelecidos neste TET. Porém, quando não especificado, o prazo será o 25º dia do segundo mês subsequente, nos termos da citada Portaria.

Para todos os efeitos, o não cumprimento dos prazos acima especificados, o não cumprimento das metas e compromissos nos termos definidos na subseção “Avaliação do Cumprimento de Metas e Compromissos”, bem como a não revisão do Programa nos termos da subseção “Vigência do Programa” implicará que a adimplência para com o Programa não poderá ser atestada na consulta disponibilizada no seguinte endereço eletrônico:

[http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/haveres\\_uniao\\_novosite/verificacao\\_adimplencia.asp](http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/haveres_uniao_novosite/verificacao_adimplencia.asp)

### **ASPECTOS ESPECÍFICOS**

#### **Cancelamento de Restos a Pagar**

Dada a abrangência das despesas do Programa, serão considerados os cancelamentos de restos a pagar (processados e não-processados) inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, compatíveis com aqueles publicados no 1º Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO – 1º bimestre).

Os cancelamentos de restos a pagar serão realizados em conformidade com a orientação prevista no Manual de Demonstrativos Fiscais - 6ª. edição, pág 242<sup>4</sup>, abaixo descrita:

O cancelamento de empenhos ou de despesas inscritas em restos a pagar, mesmo não processados, é medida que requer avaliação criteriosa. A LRF não autoriza nem incentiva a quebra de contratos celebrados entre a Administração Pública e seus fornecedores e prestadores de serviços. Assim, embora seja penalizado o gestor irresponsável que deixa de ordenar, de autorizar ou de promover o cancelamento do montante de restos a pagar inscrito em valor superior ao permitido em lei, isto não significa que o gestor possa lesar o fornecedor de boa fé.

#### **Fundos Públicos**

Os demonstrativos da execução orçamentária da receita e da despesa, inclusive para a apuração da RLR, incluirão as receitas e as despesas de fundos distritais constituídos para a condução de programas e projetos de responsabilidade do Tesouro Distrital, tais como políticas sociais, investimentos em infraestrutura econômica e incentivo ou auxílio financeiro ao setor privado.

#### **Sentenças Judiciais/Precatórios**

Conforme a Emenda Constitucional nº 62/09, o Distrito Federal fez a opção para pagamento de precatórios de depósito mensal em conta especial, controlada pelo Tribunal de Justiça, de percentual fixo 1,5% da RCL mensal média dos últimos doze meses. O estoque de precatórios em 31 de agosto de 2016, de acordo com o Relatório de Gestão Fiscal, foi de R\$ 3.471.385.682,71. Em 2015, o Distrito Federal desembolsou o montante de R\$ 367.076.221,72 mil em pagamento de precatórios, registrados nas seguintes contas:

3.1.20.91 – Sentenças Judiciais – R\$ 357.348.847,55

3.1.90.91 – Sentenças Judiciais – R\$ 426.905,20

3.3.20.91 – Sentenças Judiciais – R\$ 9.149.531,89

3.3.90.91 – Sentenças Judiciais – R\$ 150.937,08

<sup>4</sup> Disponível em 24 de abril de 2015:

[https://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/471139/CPU\\_MDF\\_6\\_edicao\\_versao\\_24\\_04\\_2015.pdf/d066d42d-14c0-454b-9ab8-6386c9f7b0f8](https://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/471139/CPU_MDF_6_edicao_versao_24_04_2015.pdf/d066d42d-14c0-454b-9ab8-6386c9f7b0f8)

Para os fins do Programa, as despesas com sentenças judiciais comporão um item específico, independentemente do grupo de natureza de despesas a que se vinculam.

### **Despesas não empenhadas**

A avaliação de cumprimento de metas do Programa incluirá, mesmo que não empenhadas e não pagas pelo Distrito Federal, as despesas com pessoal, as obrigações patronais, o serviço da dívida, as transferências de recursos ao FUNDEB e as sentenças judiciais, de competência do exercício, entre outras.

Não obstante o que preceitua o art. 60 da Lei nº 4.320/64, serão também computadas eventuais despesas não empenhadas, mas que tenham sido pagas no exercício (despesas a regularizar).

### **Ajuste decorrente das despesas intraorçamentárias**

Exclusão das despesas intraorçamentárias (modalidade 91), desde que compatibilizadas com as receitas intraorçamentária registradas nas contas contábeis 476000000-*Receitas Intraorçamentárias de serviços* e 479000000 – *Outras Receitas Intraorçamentárias Correntes*.

A não compatibilização limitará e exclusão das despesas intraorçamentárias ao valor registradas nas contas contábeis 476000000 *Receitas Intraorçamentárias de serviços* e 479000000-*Outras Receitas Intraorçamentárias Correntes*.

### **Cessão Definitiva de Direitos Creditórios**

Tendo em vista o pronunciamento do entendimento contábil da STN na 21ª reunião do GTCON (<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/grupos-tecnicos-gtcon-gtrel-e-gtsis>) serão considerados, para efeitos dos indicadores fiscais do Programa, os entendimentos decorrentes da proposta de contabilização dessas operações. Contudo, os indicadores do Programa irão refletir esses entendimentos a partir do exercício de 2016.

### **Depósitos Judiciais**

As parcelas de recursos oriundos de depósitos judiciais e extrajudiciais utilizadas para fazer face a despesas orçamentárias devem ser transferidas ao Tesouro Distrital (art. 3º da Lei Complementar nº 151, de 5 de agosto de 2015), efetuando-se o registro como receita orçamentária<sup>5</sup>, em virtude do princípio orçamentário da universalidade (art. 2º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), o qual determina o registro de todas as receitas e despesas da Administração Pública. A 21ª reunião do GTCON apresentou as diferenças de entendimentos e solicitou o envio de novas propostas de contabilização pelos entes da federação. Enquanto não houver entendimento contábil, para efeitos do Programa, esta receita, se ocorrer, será registrada de forma a não prejudicar o cálculo da RLR. A fonte de recursos específica criada ou a ser criada para registro das movimentações deverá ser adicionada ao rol de fontes definidas para efeito da abrangência do Programa do Distrito Federal.

### **Apuração do FUNDEB**

Para efeitos do Programa, inclusive para apuração da RLR, os impactos do FUNDEB sobre os fluxos de receitas e despesas obedecerão ao seguinte procedimento:

- Serão desconsideradas as rubricas de deduções da receita para o FUNDEB (contas redutoras).
- Na eventualidade de a participação do Distrito Federal no conjunto de receitas do FUNDEB (exclusive eventual complementação da União), contabilizada na rubrica 4.1.7.2.4.01.00 – *Transferências de Recursos do FUNDEB*, exceder, no exercício, os valores repassados ao Fundo, o montante dessa diferença comporá o valor apurado da receita realizada.
- Na eventualidade de a participação do Distrito Federal no conjunto de receitas do FUNDEB (exclusive eventual complementação da União), contabilizada na rubrica

<sup>5</sup> Conforme Nota Técnica Conjunta nº 35/2015/SUCON/SURIN/SUPEF/STN/MF-DF, de 29/09/2015.

4.1.7.2.4.01.00 – *Transferências de Recursos do FUNDEB*, ser inferior aos valores repassados ao FUNDEB, o montante dessa diferença comporá o valor apurado da despesa empenhada, sendo apropriada na rubrica 3.3.3.7.0.41.00 – *Transferência a Instituições Multigovernamentais – Contribuições*.

- Em todos os casos, a complementação da União comporá a receita realizada.
- O Quadro III - 1 sintetiza os procedimentos de apuração do FUNDEB, considerando o registro contábil efetuado pelo Distrito Federal.

Quadro III - 1 – Demonstrativo da apuração do FUNDEB

Contribuição (A)	Retorno (B)	Ganho/Perda (A – B)
4.9.5.1.1.02.05	4.1.7.2.4.01.00	Se $A > B \Rightarrow$ <b>Perda</b> – Será contabilizada como <b>Despesa</b> , discriminada como outras despesas correntes, no Anexo I - Planilha Gerencial
4.9.5.1.1.02.07		
4.9.5.1.1.03.02		
4.9.5.1.7.01.01		Se $A < B \Rightarrow$ <b>Ganho</b> – Será contabilizado como <b>Receita</b> , discriminada como outras receitas de transferências, no Anexo I - Planilha Gerencial
4.9.5.1.7.01.02		
4.9.5.1.7.01.05		
4.9.5.1.7.01.12		
4.9.5.1.7.01.36		
4.9.5.1.9.01.01		
4.9.5.1.9.01.02		
4.9.5.1.9.01.03		
4.9.5.1.9.01.07		
4.9.5.1.9.01.08		
4.9.5.1.9.01.09		
4.9.5.1.9.03.01		
4.9.5.1.9.03.02		
4.9.5.1.9.03.03		

## SEÇÃO IV – DESCRIÇÃO DAS METAS E ASPECTOS ESPECÍFICOS DA METODOLOGIA DE PROJEÇÃO, APURAÇÃO E AVALIAÇÃO

### META 1 – RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RECEITA LÍQUIDA REAL

Não ultrapassar, em cada ano, o limite superior da relação D/RLR da trajetória especificada no Programa.

A trajetória D/RLR é apresentada conforme dois limites: o inferior considera o estoque das dívidas suportadas pelo Tesouro Distrital, inclusive das que foram refinanciadas ao amparo da Lei nº 9.496/97, e os efeitos financeiros das operações de crédito em execução, na posição de 31 de dezembro de 2015; o superior acresce à dívida da trajetória inferior as receitas de operações de crédito a contratar referidas no Anexo V e os efeitos financeiros delas decorrentes.

A consideração de operações de crédito a contratar na trajetória superior do Programa não significa anuência prévia da STN, já que as referidas operações deverão ser objeto de outras avaliações específicas, especialmente no que diz respeito aos requisitos para contratação e concessão de garantia da União.

### ASPECTOS ESPECÍFICOS DA METODOLOGIA DE PROJEÇÃO, APURAÇÃO E AVALIAÇÃO

#### *Quanto à Dívida Financeira*

#### **Origem dos dados**

Para cada exercício, a dívida financeira a ser apurada corresponde ao saldo em 31 de dezembro.

O serviço e o saldo realizados da dívida financeira são extraídos de:

- Balancetes mensais todas as fontes compatibilizados com o balanço anual;
- Quadro 1.10.a - Demonstrativo quadrimestral do saldo e anual do serviço realizado da dívida da administração direta e indireta do Distrito Federal, todas as fontes;
- Quadro 1.10.b - Demonstrativo das variações da dívida distrital;
- Quadro 1.17 - Demonstrativo das Condições Contratuais das Dívidas Financeiras do Tesouro Distrital (conforme modelo estabelecido no Programa de Trabalho); e
- Quadro 1.21.a - Demonstrativo das Liberações das Operações de Crédito Contratadas e a Contratar elaborado pelo Distrito Federal (conforme modelo estabelecido no Programa de Trabalho).

A projeção dos saldos devedores e do serviço da dívida financeira é feita a partir das informações do Quadro 1.17. A dívida financeira projetada incorpora as estimativas de receitas de operações de crédito, internas e externas, contratadas e a contratar, previstas no Anexo V do Programa, expressas em reais, a preços constantes de dezembro do exercício anterior ao da elaboração do Programa. Essas estimativas são provenientes do Quadro 1.21.a.

#### **Conciliações**

Os saldos devedores das dívidas na posição de dezembro do último exercício findo informados nos Quadros 1.10 e 1.17 são conciliados com as informações do Balanço Geral, do RGF do 3º quadrimestre e com as informações da COAFI.

O serviço realizado informado no Quadro 1.10.a é conciliado com as informações da COAFI e com os registros dos juros e das amortizações do Balanço Geral, todas as fontes.

De acordo com o Distrito Federal, o saldo devedor dos parcelamentos do INSS é de R\$ 26.782.658,09 valor constante do Sistema Integrado de Gestão Governamental-SIGGO, em 31/12/2015. O Distrito Federal informa que não há outros débitos junto à Receita Federal do Brasil – RFB, conforme a emissão da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União. Deve-se ressaltar que o saldo devedor dos Parcelamentos do INSS informado não está conciliado com a informação da RFB.

### **Projeção**

#### Especificidades da dívida referente à Lei nº 9.496/97

O Distrito Federal assinou, em 24 de março de 2016, o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Confissão, Promessa de Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas, celebrado em 29 de julho de 1999, alterando as condições financeiras no âmbito da Lei Complementar nº 148/2014. Posteriormente, o Distrito Federal ajuizou medida cautelar em mandado de segurança nº 34.154, de 22 de abril de 2016, questionando o critério de atualização de dívidas com a União considerado no Decreto nº 8.616/2015, que regulamentou o art. 4º da Lei Complementar nº 148/2014. No entanto, em 20 de junho de 2016, em atenção à determinação do STF que indicou à União e aos Estados que buscassem um consenso acerca dos critérios de atualização das dívidas estaduais refinanciadas junto à União, o Ministério da Fazenda promoveu reunião com os governadores, tendo sido acordado, no âmbito das dívidas referentes à Lei nº 9.496/97, alongamento do serviço por vinte anos e desconto escalonado em suas parcelas até junho de 2018.

Nesse sentido, as projeções consideram os critérios aplicáveis em decorrência do referido Acordo e do Quarto Termo Aditivo assinado pelo Distrito Federal.

#### Dívidas da Administração Indireta

Para efeito de projeção do saldo devedor, compõem a dívida financeira do Distrito Federal as seguintes dívidas de entidades da administração indireta:

Quadro IV - 1 – Dívidas não assumidas formalmente pelo Tesouro Distrital

<b>Entidade</b>	<b>Especificação</b>	<b>Saldo Devedor</b> R\$ 1,00 dez/15
Codhab	Contratos de Habitação	28.116.429,83
Novacap	Parcelamento do INSS	21.168.003,87
SAB	Parcelamento de Refis	1.052.818,14
TCB	Parcelamento do INSS	4.561.836,08
<b>Total</b>		<b>54.899.087,92</b>

### **Ajustes na projeção para avaliação**

Para efeito de avaliação, a projeção da dívida financeira será ajustada levando-se em conta, além da correção de eventuais erros materiais, os seguintes procedimentos:

- para a projeção do estoque das dívidas sujeitas à variação cambial: aplica-se sobre esse estoque o multiplicador correspondente à variação real do câmbio. A fórmula do multiplicador é:  $(\text{Taxa de câmbio do exercício avaliado} / \text{Taxa de câmbio do exercício base para projeção}) / (1 + \text{variação percentual do IPCA acumulado no período})$ . As taxas de câmbio referem-se às de fechamento, de venda no último dia útil dos respectivos exercícios; e
- para a projeção das receitas de operações de crédito: substituem-se os valores projetados, considerados os efeitos de eventuais redistribuições, pelos realizados, os quais são obtidos a partir do Quadro 1.21.b - Demonstrativo das Liberações de Operações de Crédito em 2015, conforme modelo estabelecido no Programa de Trabalho. No caso de receitas de operações de crédito externas, o valor realizado será ajustado pela variação do câmbio



correspondente ao período compreendido entre a liberação e o mês de dezembro do exercício anterior ao da elaboração do Programa. No caso das operações de crédito internas, o valor realizado será deflacionado para preços constantes de dezembro do exercício anterior ao da elaboração do Programa.

Não haverá ajuste da dívida financeira decorrente de inadimplências contratuais.

#### ***Quanto à receita líquida real***

##### **Projeção**

Para a projeção dos três primeiros exercícios do Programa, a RLR será estimada para o período de janeiro a dezembro de cada exercício, expressa a preços de dezembro do exercício anterior ao da elaboração do Programa. Tal projeção é decorrente de estimativas de responsabilidade do Distrito Federal, acordadas com a STN. Para a projeção dos demais exercícios, será aplicada uma taxa de crescimento real de 3% ao ano.

##### **Ajustes na projeção para avaliação**

Para efeito de avaliação, a projeção da RLR será ajustada levando-se em conta, além da correção de eventuais erros materiais, os seguintes procedimentos:

- para apuração do montante nominal projetado da RLR: substitui-se o IPCA médio anual projetado pelo realizado; e
- para apuração da projeção da RLR utilizada no cálculo do limite mensal de comprometimento do serviço da dívida: substitui-se o IPCA mensal projetado pelo realizado.

##### **Apuração**

A RLR apurada refere-se ao período de janeiro a dezembro de cada exercício, expressa a preços constantes do mês de dezembro do ano avaliado.

A apuração relativa à dedução de que trata o art. 5º da Lei nº 10.195/01, com redação dada pela Lei nº 11.533/07, é obtida pela soma dos resultados da aplicação de percentuais sobre as respectivas receitas, conforme apresentado no Quadro IV - 3.

Quadro IV - 3 – Dedução da RLR (Lei nº 11.533/07)

<b>Base de Cálculo (A)</b>	<b>Percentuais (B)</b>	<b>Resultado (C) = (A) x (B)</b>
ICMS (principal+acessórias – FECEP)	15%*75%	C <sub>1</sub>
FPE	15%	C <sub>2</sub>
IPI	15%*75%	C <sub>3</sub>
Lei Kandir	15%	C <sub>4</sub>
Dedução		$\sum_{i=1}^4 C_i$

#### ***Quanto à Relação D/RLR***

##### **Avaliação**

A avaliação do cumprimento da meta 1 dar-se-á pela comparação entre a meta ajustada e o resultado apurado.



## **META 2 – RESULTADO PRIMÁRIO**

Estabelece os montantes relativos ao resultado primário, expressos a preços correntes, projetados para o triênio.

No caso de eventual frustração de alguma receita, o Distrito Federal se compromete a adotar as medidas necessárias em termos de aumento de outras receitas e/ou diminuição de despesas de forma a alcançar os resultados primários estabelecidos. Na eventualidade de não conseguir realizá-los, o Distrito Federal se compromete a não gerar atrasos/deficiências em cada exercício do triênio.

### **ASPECTOS ESPECÍFICOS DA METODOLOGIA DE PROJEÇÃO, APURAÇÃO E AVALIAÇÃO**

Para efeitos do Programa, as aquisições de títulos de crédito e capitalizações do Fundo Previdenciário não são consideradas como despesas não financeiras.

## **META 3 – DESPESAS COM FUNCIONALISMO PÚBLICO**

Estabelece a relação percentual entre os montantes projetados das despesas com pessoal e da RCL, a qual deverá ser limitada a 60,00% em cada ano do triênio referido no Programa.

Para os fins do Programa, não estão incluídas as seguintes despesas com pessoal:

- a) indenizações por demissão e com programas de incentivos à demissão voluntária, elemento de despesa 94 – Indenizações Trabalhistas;
- b) decorrentes de decisão judicial da competência de período anterior ao da apuração, elemento de despesa 91 – Sentenças Judiciais; e
- c) demais despesas da competência de período anterior ao da apuração, elemento de despesa 92 – Despesas de Exercícios Anteriores.

Essas despesas consideram também os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos, conforme estabelecido no § 1º do art. 18 da LRF.

### **ASPECTOS ESPECÍFICOS DA METODOLOGIA DE PROJEÇÃO, APURAÇÃO E AVALIAÇÃO**

#### ***Quanto à Despesa com Pessoal***

##### **Projeção**

A projeção das despesas com funcionalismo público deverá contemplar as doze folhas de pagamento de competência do exercício, o décimo terceiro salário e o adicional de férias.

##### **Origem dos dados**

As informações sobre a despesa com pessoal são extraídas do Demonstrativo da Execução Orçamentária, todas as fontes, e dos Quadros 1.18.a - Demonstrativo das Despesas com Pessoal e Encargos e 1.18.b - Demonstrativo do RPPS, todas as fontes (conforme modelo estabelecido no Programa de Trabalho).

Despesa com pessoal civil do Poder Executivo (administração direta e indireta) e dos Demais Poderes - corresponde à soma das seguintes contas: “Contratação por tempo determinado”, “Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil” e “Outras despesas variáveis – pessoal civil”.

Despesa com pessoal militar do Poder Executivo (administração direta) - corresponde à soma das seguintes contas: “Vencimentos e vantagens fixas – pessoal militar” e “Outras despesas variáveis – pessoal militar”.

Despesa com Inativos e Pensionistas - corresponde ao custo do sistema previdenciário para o tesouro distrital, na forma do item “Inativos e Pensionistas” do Anexo I do Programa. As despesas com aposentadorias e pensões especiais, não previdenciárias, não compõem as despesas com inativos e pensionistas, desde que devidamente comprovadas pelo Distrito Federal.

O Distrito Federal institucionalizou o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS/DF em consonância com a Lei nº 9.717/98, por meio da Lei Complementar Distrital nº 769, de 30 de

junho de 2008. O Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF tem a função de gerir o RPPS/DF.

Foram abrangidos pelo novo sistema de previdência, conforme definido no artigo 1º da referida Lei: “todos os servidores titulares de cargos efetivos ativos e inativos e os pensionistas, do Poder Executivo e do Poder Legislativo do Distrito Federal, incluídos o Tribunal de Contas do Distrito Federal, as autarquias e as fundações, na qualidade de segurados, bem como seus respectivos dependentes”. A massa dos servidores foi segregada em duas, a saber:

- a primeira, composta pelos servidores que ingressaram na carreira pública até 31 de dezembro de 2006. Tais servidores terão seus benefícios previdenciários suportados pelo FUNDO FINANCEIRO, baseado no regime de repartição simples, em que toda a arrecadação é utilizada para o pagamento dos benefícios, com o Tesouro do Distrito Federal assumindo as eventuais insuficiências financeiras; e
- a segunda, composta pelos servidores que ingressaram na carreira pública a partir de 01 de janeiro de 2007, é vinculada ao FUNDO PREVIDENCIÁRIO administrado pelo IPREV/DF. Ao contrário do FUNDO FINANCEIRO, o FUNDO PREVIDENCIÁRIO, baseia-se no sistema de capitalização, que implica na formação de reservas, as quais serão devidamente aplicadas nas condições de mercado, com observância de regras de segurança, solvência, liquidez, rentabilidade, proteção e prudência financeira, conforme diretrizes previstas em norma específica do Conselho Monetário Nacional. Portanto nesse modelo, a arrecadação é acumulada em forma de poupança e aplicadas no mercado financeiro com o propósito de se constituir um volume de recursos capaz de suportar os benefícios previdenciários dos próprios segurados.


#### **Apuração –**

Na apuração do resultado do FUNDO FINANCEIRO, referente à execução das receitas e despesas da Unidade Orçamentária 320203 – Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – (IPREV), consideram-se as seguintes informações extraídas do Balanço Consolidado:

#### **(I) RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (1+2+3+4+5+6)**

*1. Contribuições do Segurado ao RPPS/Financeiro – Operações Orçamentárias – soma das seguintes rubricas contábeis:*

Conta contábil	Descrição
421310201	Contribuição de Servidor Ativo Militar do DF
421310202	Contribuição de Servidor Inativo Militar do DF
421310203	Contribuição de Pensionista Militar do DF
421410201	Contribuição de Servidor Ativo Civil
421410202	Contribuição de Servidor Inativo
421410204	Contribuição de Pensionista
421410205	Contribuição de Servidor Ativo da Câmara Legislativa do DF
421410206	Contribuição de Servidor Ativo do Tribunal de Contas do DF
421410207	Contribuição de Servidor Inativo da Câmara Legislativa do DF
421410208	Contribuição de Servidor Inativo do Tribunal de Contas do DF
421410209	Contribuição de Pensionista da Câmara Legislativa do DF
421410210	Contribuição de Pensionista do Tribunal de Contas do DF



421410211	Contribuição de Servidor Ativo da Polícia Civil do DF
421410212	Contribuição de Servidor Inativo da Polícia Civil do DF
421410213	Contribuição de Pensionista da Polícia Civil do DF
421410233	Contribuição de Ativo da Defensoria do DF
421410234	Contribuição de Inativo da Defensoria do DF
421410235	Contribuição de Pensionista da Defensoria do DF
421410299	Outras Contribuições do Servidor para o RPPS

Nas contribuições discriminadas acima, estão incluídas as receitas de contribuição dos servidores das áreas de segurança, saúde e educação, mas a correspondente despesa com benefícios previdenciários é realizada com recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF).

*2. Contribuições Previdenciárias Patronais ao RPPS – Operações Intra-Orçamentárias – soma das seguintes rubricas contábeis:*

Conta contábil	Descrição
421120101	Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil

*3. Receita Patrimonial*

Conta contábil	Descrição
445311001	Rem.Dep.Bancários do RPPS - BRB Renda Fixa
445311002	Rem.Dep.Bancários do RPPS – Banco do Brasil Renda Fixa
445311003	Rem.Dep.Bancários do RPPS - CEF Renda Fixa

*4. Compensação Previdenciária entre o RGPS e o RPPS*

Conta contábil	Descrição
499130100	Compensação Financeira Entre Regime Geral e o RPPS

*5. Outras Receitas*

Conta contábil	Descrição
442910229	Juros e Encargos de Mora - Contribuições para o RPPS
442910806	Multas, Juros e Encargos de Mora de Parcelamentos

*6. Transferências e Delegações Recebidas – Intragovernamentais*

Conta contábil	Descrição
451120201	Repasse Financeiro Recebido do Tesouro do DF

(II) **DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS** (soma das seguintes rubricas contábeis):

*1. Benefícios Previdenciários e Assistenciais*

Conta contábil	Descrição
321300000	Reserva Remunerada e Reformas – Militar
321400000	Aposentadorias RPPS/Financeiro
322300000	Pensões – Militar
322400000	Pensões RPPS/Financeiro
329410502	Auxílio Reclusão
329411202	Salário Família Inativos Cíveis
311410300	Sentenças Judiciais – RPPS Financeiro

O FCDF paga totalidade das aposentadorias e pensões da área de segurança e parte das áreas de

saúde e educação. Quando os recursos do fundo para as áreas da Saúde e Educação são insuficientes, o GDF os complementa.

(III) RESULTADO = (I) RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – (II) DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS.

A contribuição patronal do ente para o fundo financeiro não é repassada integralmente, mas apenas o valor suficiente para, somado às contribuições dos servidores, quitar as aposentadorias e pensões deste fundo.

A Lei Complementar nº 899 de 30 de setembro de 2015, publicada no DODF Edição Extra nº 28, de 30/09/2015, atribuiu para os exercícios financeiros de 2015 a 2018, a contribuição de que trata o art. 59, II, da Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008, deve corresponder a 16,55% da remuneração de contribuição dos servidores ativos do Fundo Previdenciário do Distrito Federal – DFPREV.

A Lei Complementar nº 920 de 1 de dezembro de 2016, publicada no DODF nº 226, de 02/12/2016, pág. 01, autorizou a reversão de parte do superávit (até 75%) técnico atuarial do Fundo Previdenciário do Distrito Federal para o Fundo Financeiro para o exercício de 2016, com a recomposição do valor por intermédio da cessão de proporcional participação acionária do Distrito Federal no Banco de Brasília S.A – BRB, sociedade de economia mista. Nesse sentido, o Distrito Federal informa ter realizado, em 2016, a transferência do superávit técnico atuarial do Fundo Previdenciário para o Fundo Financeiro, no valor de R\$ 494 milhões. Assim, no âmbito do Programa, esses recursos provenientes da descapitalização do Fundo Previdenciário serão contabilizados como despesas patronais.

#### **APURAÇÃO DO RESULTADO FINANCEIRO DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO**

Na apuração do superávit financeiro, referente à execução das receitas e despesas da Unidade Gestora 320204 (Fundo Capitalizado de Previdência do DF) – Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – (IPREV), consideram-se as seguintes informações extraídas do Balanço Consolidado:

##### **(I) RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (1+2+3+4+5)**

###### **1. Contribuições Previdenciárias ao RPPS – soma das seguintes rubricas contábeis:**

<b>Conta contábil</b>	<b>Descrição</b>
421110201	Contribuição de Servidor Ativo Civil para o Regime Próprio de Previdência
421110202	Contribuição de Servidor Inativo para Regime Próprio de Previdência
421110204	Contribuição de Pensionista para Regime Próprio de Previdência
421110205	Contribuição de Servidor Ativo da Câmara Legislativa do DF
421110206	Contribuição de Servidor Ativo do Tribunal De Contas do DF
421110233	Contribuição de Ativo da Defensoria do DF
421110234	Contribuição de Inativo da Defensoria do DF
421110235	Contribuição de Pensionista da Defensoria do DF

###### **2. Contribuições Previdenciárias Patronais ao RPPS - Operações Intra-Orçamentárias – soma das seguintes rubricas contábeis:**

<b>Conta contábil</b>	<b>Descrição</b>
421120101	Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil

3. *Receita Patrimonial*– soma das seguintes rubricas contábeis:

Conta contábil	Descrição
445311001	Rem.Dep.Bancários Do RPPS - BRB Renda Fixa
445311002	Rem.Dep.Bancários Do RPPS - BB Renda Fixa
445311003	Rem.Dep.Bancários Do RPPS - CEF Renda Fixa
445312001	Rem.Dep.Bancários Do RPPS - BRB Renda Variável
445312002	Rem.Dep.Bancários Do RPPS - BB Renda Variável
445312003	Rem.Dep.Bancários Do RPPS - CEF Renda Variável
445313001	Rem.Dep.Bancários Do RPPS – BRB Fundo Imobiliário
445313002	Rem.Dep.Bancários Do RPPS – BB Fundo Imobiliário
445313003	Rem.Dep.Bancários Do RPPS – CEF Fundo Imobiliário

4. *Compensação Previdenciária entre o RGPS e o RPPS*– soma das seguintes rubricas contábeis:

Conta contábil	Descrição
	Não há registro de Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS no Fundo Previdenciário.

5. *Outras Receitas Previdenciárias*– soma das seguintes rubricas contábeis:

Conta contábil	Descrição
442910229	Juros e Encargos de Mora - Contribuições para o RPPS

(II) **DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS:**

Conta contábil	Descrição
321000000	Aposentadorias
322000000	Pensões

(III) **RESULTADO = (I) RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – (II) DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS**

Eventual resultado financeiro superavitário não será considerado para fins do Programa.

A apuração do custo do sistema previdenciário inclui o financiamento indireto ao tesouro distrital oriundo de alterações do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal. O financiamento indireto ocorre, entre outras situações, quando o alívio financeiro proporcionado pela alteração decorre de assunção de obrigação pelo tesouro mantenedor.

Outras Despesas com Pessoal - As outras despesas devem corresponder à soma das demais rubricas de despesas com pessoal contabilizadas no grupo 1 (3.1.00.00.00) excetuadas: despesas de exercícios anteriores, sentenças judiciais e indenizações e restituições trabalhistas. As despesas com obrigações patronais e as despesas com aposentadorias e pensões especiais, de natureza não previdenciária, compõem as outras despesas com pessoal.

Não devem ser consideradas, no cálculo da despesa bruta com pessoal, as espécies indenizatórias, tais como ajuda de custo, diárias, auxílio-transporte, auxílio-moradia e auxílio-alimentação. As despesas indenizatórias são aquelas cujo recebimento possui caráter eventual e transitório, em que o Poder Público é obrigado a oferecer contraprestação por despesas extraordinárias não abrangidas pela remuneração mensal e realizadas no interesse do serviço, razão pela qual as indenizações não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito. Também não são consideradas as despesas de caráter assistencial, tais como auxílio-funeral, auxílio-creche ou assistência pré-escolar, auxílio-natalidade, assistência à saúde e outros assemelhados definidos na legislação própria de cada Ente da Federação. (Manual de Demonstrativos Fiscais – 6ª. Edição, pgs. 507 e 508<sup>6</sup>)

<sup>6</sup> Disponível em 24 de abril de 2015:

[https://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/471139/CPU\\_MDF\\_6\\_edicao\\_versao\\_24\\_04\\_2015.pdf/d066d42d-14c0-454b-9ab8-6386c9f7b0f8](https://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/471139/CPU_MDF_6_edicao_versao_24_04_2015.pdf/d066d42d-14c0-454b-9ab8-6386c9f7b0f8)

A conta contábil 312230000 – *Encargos Patronais* registra despesas com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, Instituto Nacional de Seguro Social, Seguro de Acidente de Trabalho, Contribuição de Salário Educação, SENAI, SESI e Outras Obrigações Resultantes da Folha de Pagamento não relacionadas ao RPPS. No Anexo I do Programa estas contas estão registradas como outras despesas com pessoal.

#### **Avaliação**

Caso existam despesas de inativos e pensionistas, de responsabilidade do tesouro distrital, custeadas com recursos de outras fontes, serão consideradas para fins de avaliação do Programa, uma vez que compõem o cálculo da insuficiência financeira do RPPS.

#### **Quanto à RCL**

Refere-se ao período de janeiro a dezembro de cada exercício, expressa a preços correntes. A projeção de receitas e despesas com transferências constitucionais e legais a municípios é de responsabilidade do Distrito Federal, acordada com a STN.

### **META 4 – RECEITAS DE ARRECADAÇÃO PRÓPRIA**

Estabelece os montantes anuais projetados das receitas de arrecadação própria, a preços correntes, para o triênio referido no Programa.

#### **ASPECTOS ESPECÍFICOS DA METODOLOGIA DE PROJEÇÃO, APURAÇÃO E AVALIAÇÃO**

Para efeitos do Programa, a receita do Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre valores pagos pelo Distrito Federal será considerada como receita de transferências.

### **META 5 – REFORMA DO ESTADO, AJUSTE PATRIMONIAL E ALIENAÇÃO DE ATIVOS**

Estabelece compromissos anuais em termos de medidas ou reformas de natureza administrativa e patrimonial, que resultem em modernização, aumento da transparência e da capacidade de monitoramento de riscos fiscais, melhoria da qualidade do gasto e racionalização ou limitação de despesas.

#### **ASPECTOS ESPECÍFICOS DA METODOLOGIA DE PROJEÇÃO, APURAÇÃO E AVALIAÇÃO**

O compromisso referente ao Relatório do Programa será avaliado conforme os critérios de elaboração estabelecidos no Programa de Trabalho.

As receitas de alienação de ativos são apresentadas deduzidas das despesas de inversões financeiras relativas à aquisição de títulos de crédito.

Apesar de haver previsão de alienação de ativos para o triênio, esses valores não compõem a meta, que ficou restrita a compromissos.

A receita de alienação de ativos projetada para 2016-2018 refere-se à possibilidade de venda de ativos pelo Governo do Distrito Federal

### **META 6 – DESPESAS DE INVESTIMENTOS / RECEITA LÍQUIDA REAL**

Estabelece os limites para a realização de despesas de investimentos e inversões, expressos como relação percentual da RLR a preços correntes, para os exercícios projetados no Programa.

#### **ASPECTOS ESPECÍFICOS DA METODOLOGIA DE PROJEÇÃO, APURAÇÃO E AVALIAÇÃO**

Aplicam-se os critérios metodológicos de projeção, apuração e avaliação, mencionados na meta 1, subitem “Quanto à Receita Líquida Real”, exceto que a RLR também é expressa a preços correntes.



## SEÇÃO V – DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO A CONTRATAR

---

### ***Das operações de crédito protocoladas***

Consideram-se operações de crédito protocoladas até 31 de dezembro do ano anterior aquelas cujo processo administrativo, para fins de verificação de limites e condições de endividamento previstos nas Resoluções nºs 40 e 43 do Senado Federal, ambas de 2001, foi formalizado na Secretaria do Tesouro Nacional.

### ***Das operações de crédito distratadas***

Mediante solicitação, o montante não desembolsado das operações de crédito formalmente distratadas poderá ser utilizado para recompor o limite das operações de crédito a contratar, sem incidência de atualização monetária anterior.

### ***Atualização Anual***

Independentemente de haver revisão do Programa, o limite a contratar, em reais, para o montante das operações de crédito, internas e externas, cujos pleitos **não tenham sido protocolados** na STN até 31 de dezembro do ano anterior, será atualizado e ajustado anualmente pela variação do IPCA, após a divulgação do referido índice.

O ajuste das operações de crédito orientar-se-á conforme os seguintes critérios:

- a) para as operações internas: buscar-se-á manter os valores nominais previstos no Anexo V desta revisão do Programa; e
- b) para as operações externas: buscar-se-á adequar os valores nominais aos correspondentes em moeda estrangeira, observando os valores recomendados pela COFIEIX ou os previstos no Anexo V desta revisão do Programa.

Caso um pleito resulte na verificação de que o Distrito Federal não cumpre os limites e condições necessários à contratação, ou em caso de desistência formalizada do pedido de verificação de limites e condições (PVL), o saldo da operação de crédito correspondente receberá o mesmo tratamento das operações não protocoladas.

### ***Atualização na Revisão do Programa***

Por ocasião da revisão do Programa, o limite a contratar, em reais, para o montante das operações de crédito, internas e externas, **não contratadas** até 31 de dezembro do ano anterior, será atualizado pelo IPCA para a posição de 31 de dezembro do ano anterior, sendo permitida a redistribuição dos montantes decorrentes dessa atualização. As operações contratadas até 31 de dezembro do ano anterior serão excluídas do limite global a contratar pelo valor previsto no Anexo V.

Os valores das operações de crédito a contratar na posição de 31 de dezembro do ano anterior, se contratadas até a data da revisão do Programa, não comporão o novo limite a contratar. Para tanto, serão consideradas no Anexo V como operações de crédito em execução e tratadas de forma a não impactar o cálculo do acréscimo do limite a contratar.

Os valores que comporão o Anexo V desta revisão deverão manter correspondência com aqueles protocolados na STN para verificação de limites e condições até a data da revisão do Programa. Caso os valores no Anexo V sejam divergentes daqueles informados no pedido de verificação de limites e condições (PVL), o Distrito Federal entende que deve apresentar novo PVL na STN compatível com os valores do Anexo V.

Os valores das operações de crédito apresentados no Anexo V desta revisão deverão manter correspondência com os valores recomendados pela COFIEIX. Não ocorrendo dessa forma, serão comunicados à COFIEIX os novos valores constantes do Anexo V.



### ***Redistribuição das operações de crédito a contratar***

Excepcionalmente, o Distrito Federal poderá manifestar-se formalmente solicitando a redistribuição das operações de crédito a contratar, observado limite global a contratar do Anexo V. Os saldos das operações cujos pleitos tenham sido protocolados perante a STN não poderão ser redistribuídos, salvo pedido formal de desistência encaminhado pelo Distrito Federal. Caso uma operação seja protocolada com valor inferior ao previsto no Anexo V, a diferença será redistribuída para saldo a especificar.

Caso a operação objeto de redistribuição apresente prazos de vigência e de amortização ou encargos financeiros distintos daqueles em geral observados nas operações de interesse do Distrito Federal, os quais, via de regra, apresentam maiores prazos ou encargos financeiros menores por contarem com condições associadas ao crédito direcionado do Sistema Financeiro Nacional (créditos destinados a determinados setores ou atividades, realizados com recursos regulados em lei ou normativo), o atendimento do pleito dependerá de autorização específica da Secretaria do Tesouro Nacional.

### ***Verificação de limites e condições***

Para fins de instrução de pleitos perante a STN, serão considerados os seguintes critérios:

- a) o PVL deverá apresentar especificações compatíveis, inclusive quanto à denominação, com as estimativas constantes no Anexo V – Demonstrativo das Operações de Crédito – Discriminação, Montantes Totais e Estimativa das Condições Contratuais;
- b) para as operações de crédito internas:
  - i. o montante a contratar será autorizado até o valor previsto no Anexo V do Programa na posição de 31 de dezembro do ano anterior ao da assinatura do Programa; e
  - ii. no caso de pleito apresentado em ano subsequente ao da assinatura do Programa, o montante a contratar será autorizado até o valor atualizado pelo IPCA para a posição de 31 de dezembro do ano anterior ao da análise do pleito.
- c) para as operações de crédito externas:
  - i. o montante a contratar será autorizado até o valor convertido para a moeda estrangeira, pela cotação de venda na posição de 31 de dezembro do ano anterior ao da assinatura do Programa; e
  - ii. no caso de pleito apresentado em ano subsequente ao da assinatura do Programa, o montante a contratar, após atualização pelo IPCA para a posição de 31 de dezembro do ano anterior ao da análise do pleito, será autorizado até o valor convertido para a moeda estrangeira pela cotação de venda na posição de 31 de dezembro do ano anterior ao da referida análise.

Caso o PVL não apresente condições financeiras compatíveis com as estimativas constantes no Anexo V – Demonstrativo das Operações de Crédito – Discriminação, Montantes Totais e Estimativa das Condições Contratuais e cujos prazos de vigência e de amortização ou encargos financeiros sejam distintos daqueles em geral observados nas operações de interesse dos Estados e Municípios, os quais, via de regra, apresentam maiores prazos ou encargos financeiros menores por contarem com condições associadas ao crédito direcionado do Sistema Financeiro Nacional (créditos destinados a determinados setores ou atividades, realizados com recursos regulados em lei ou normativo), o atendimento do pleito dependerá de autorização específica da Secretaria do Tesouro Nacional.

O valor do financiamento previsto nas cartas-consulta submetidas à COFIEIX deve guardar consonância com aquele previsto no Anexo V do Programa. Em caso de divergência, o Distrito Federal deverá adequar o montante da operação de crédito ao do Anexo V do Programa ou, alternativamente, redistribuir o valor da operação de crédito a contratar, conforme critérios definidos anteriormente.

### Apuração do novo limite a contratar

Esta revisão do Programa estabeleceu como novo limite de contratação o montante de R\$ 2.307.813 mil, de acordo com os cálculos apresentados no Quadro V-1:

Quadro V-1 – Demonstrativo do novo limite a contratar.

Item	Descrição da Origem do Saldo	Valor (R\$ mil)	Operação
A	Limite a contratar previsto na 12ª revisão do Programa	3.039.682	-
B	Operações contratadas em 2014 (***)	684.917	-
C	Saldo a contratar em 2015 na posição de 31/12/2013	2.354.765	C=A-B
D	Atualização monetária do limite a contratar (*)	89.095	D=CxIGP-DI
E	Saldo a contratar em 2015 na posição em 31/12/2014	2.443.860	E=C+D
F	Operações contratadas em 2015 (***)	518.918	-
G	Saldo do limite a contratar na posição de 31/12/2014	1.924.942	G=E-F
H	Atualização monetária do limite a contratar (**)	205.990	H=GxIGP-DI
I	Saldo do limite a contratar na posição de 31/12/2015	2.130.931	I=G+H
J	Operações de crédito contratadas em 2016 (***)	86.118	-
K	Operação em execução com distrato formalizado pelo DF	263.000	
L	Saldo do limite a contratar na data da revisão do Programa	2.307.813	L=I-J+K
M	Acréscimo ao limite a contratar	0	
N	Novo limite a contratar	2.307.813	N=L+M

(\*) Fator de Atualização =  $IGP-DI \text{ (dez/2014)} \div IGP-DI \text{ (dez/2013)} \Leftrightarrow 551,149 \div 531,056 = 1,03783593444006$  (variação positiva de 3,78% entre dez/2013 e dez/2014).

(\*\*) Fator de Atualização =  $IGP-DI \text{ (dez/2015)} \div IGP-DI \text{ (dez/2014)} \Leftrightarrow 610,128 \div 551,149 = 1,10701099$  (variação positiva de 10,70% entre dez/2014 e dez/2015).

(\*\*\*) Exclusão pelos valores previstos no Anexo V ou, para as operações contratadas em 2014, 2015 e 2016, pelos valores previstos, somando-se a sua atualização monetária pelo critério estabelecido conforme item D e H.

Nos quadros V-2.a e V-2.b, constam as operações de crédito previstas na 12ª revisão do Programa que foram contratadas durante sua vigência e, portanto, não tiveram seus valores atualizados pelo IGP-DI nesta revisão do Programa.

Quadro V-2.a – Operações de crédito contratadas em 2014.

Denominação	Valor (dez/2013 - R\$ mil)
Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas – Vicente Pires	397.961
Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas – Arnuqueiras 1ª Etapa	47.622
Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas – Buritis	19.381
Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas – Porto Rico	35.035
CPAC Riacho Fundo II – 5ª Etapa	67.787
Procidades – Prog Desenvolv Econômico DF – ADES	117.130
<b>Total</b>	<b>684.917</b>

Quadro V-2.b – Operações de crédito contratadas em 2015.

Denominação	Valor (dez/2013 - R\$ mil)	Valor (dez/2014 - R\$ mil)	Diferença (C)=(B)-(A)
Mobilidade Integrada – Asfalto Novo – Calçadas - Ciclovias	500.000	518.918	18.918
<b>Total</b>	<b>500.000</b>	<b>518.918</b>	<b>18.918</b>

*Handwritten signature and initials.*

Quadro V-2.c – Operações de crédito contratadas em 2016.

Denominação	Valor (dez/2013 - R\$ mil) (A)	Valor (dez/2014 - R\$ mil) (B)	Diferença (C)=(B)-(A)	Valor (dez/2015 - R\$ mil) (D)	Diferença (C)=(B)-(A)
PRODEFAZ / PROFISCO	74.958	77.794	2.836	86.118	8.325
<b>Total</b>	<b>74.958</b>	<b>77.794</b>	<b>2.836</b>	<b>86.118</b>	<b>8.325</b>

As operações de crédito a contratar, que estavam previstas na 12ª revisão do Programa, mas que não foram contratadas durante a sua vigência, tiveram seus valores reposicionados, conforme quadro V-3.

Quadro V-3.a – Operações de crédito não contratadas em 2014 e 2015

Denominação (*)	Valores em R\$ mil						
	Valor (dez/2013) (A)	Valor (dez/2014) (B)	Diferença (C)=(B)- (A)	Valor (dez/2015) (D)	Diferença (E)=(D)- (B)	Valor desta Revisão (F)	Diferença (G)=(F)- (D)
<b>Operações não protocoladas até dezembro de 2015</b>							
Modernização e Aparel. da Defensoria Púb.do DF	6.267	6.504	237	7.200	696	7.200	0
CPAC – Riacho Fundo II – 3ª Etapa	15.716	16.311	595	18.056	1.745	18.056	0
CPAC – São Sebastião Crixá	39.645	41.145	1.500	45.548	4.403	52.512	6.965
CPAC – São Sebastião Nacional	39.984	41.496	1.513	45.937	4.441	45.937	0
Estações 104, 106 e 110 Sul do Metrô	65.280	67.750	2.470	75.000	7.250	75.000	0
Pav. e Qualif. das Vias Urbanas – Por do Sol	43.520	45.167	1.647	50.000	4.833	50.000	0
Obras Melh. Sist Viário Equip Urb – Eixo Norte	280.356	290.964	10.608	322.100	31.136	322.100	0
Infraestrutura Urbana e Social	522.241	542.000	19.759	600.000	58.000	600.000	0
Proconfin/DF	390.927	405.718	14.791	449.135	43.416	449.135	0
Aquisição de 10 Trens p/ a linha 1 do Metrô DF	191.488	198.733	7.245	220.000	21.267	220.000	0
PNAFM 2ª Fase	26.650	27.658	1.008	30.618	2.960	30.618	0
<b>Subtotal (I)</b>	<b>1.622.073</b>	<b>1.683.446</b>	<b>61.373</b>	<b>1.863.593</b>	<b>180.147</b>	<b>1.870.558</b>	<b>6.965</b>
<b>Operação protocolada até dezembro de 2015 e desprotocolada em 2016 para ser ajustada ao valor da COFLEX</b>							
Brasília Sustentável II (***)	110.959	115.157	4.198	127.480	12.323	390.480	263.000
<b>Subtotal (II)</b>	<b>110.959</b>	<b>115.157</b>	<b>4.198</b>	<b>127.480</b>	<b>12.323</b>	<b>390.480</b>	<b>263.000</b>
<b>Operação protocolada até dezembro de 2014</b>							
CPAC Itapoã Parque	46.775	48.545	1.770	53.740	5.195	46.775	-6.965
<b>Subtotal (III)</b>	<b>46.775</b>	<b>48.545</b>	<b>1.770</b>	<b>53.740</b>	<b>5.195</b>	<b>46.775</b>	<b>-6.965</b>
<b>Total: (I)+(II)+(III)</b>	<b>1.779.807</b>	<b>1.847.148</b>	<b>67.341</b>	<b>2.044.813</b>	<b>197.665</b>	<b>2.307.813</b>	<b>263.000</b>

(\*) Operações previstas no Anexo V do Programa, atualizadas conforme redistribuição realizada por intermédio do Ofício nº 285/2016/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 04 de novembro de 2016.

(\*\*) O Distrito Federal, por meio do Ofício, nº 272/2016, de 11 de abril de 2016, informou o distrato da operação de crédito em execução Impl. Trecho I Sist. VLT Aerop./ Term. e Ampl. Rod. DF, no valor de R\$ 263.000 mil, a preços de 2013. Dessa forma, essa operação voltou a compor o limite a contratar do Anexo V do Programa.

(\*\*\*) A operação Brasília Sustentável II teve apenas parte do seu valor atualizado, uma vez que o seu complemento, originado da operação de crédito que foi distratada, de acordo com a regra estabelecida no TET, não foi atualizada.

*Boile*

O quadro V-3.b decompõe a atualização monetária do item D do quadro V-1.

Quadro V-3.b – Demonstrativo da atualização monetária de 2014

Item	Discriminação	Valor (R\$ mil)	Operação
A	Coluna (C) do quadro V-2.b	18.918	-
B	Coluna (C) do quadro V -2.c	2.836	-
C	Coluna (C) do quadro V-3.a	67.341	
D	Item (D) do quadro V-1	89.095	D=A+B+C

Não houve acréscimo ao limite a contratar, a diferença de R\$ 263.000 mil observada coluna G do Quadro V-3.a, refere-se ao distrato da operação de crédito em execução Implementação do Trecho 1 do Sistema VLT Aeroporto / Terminal e Ampliação Rodoviária do Distrito Federal. Este valor somado as atualizações monetárias de 2014 e 2015 permitiram que as operações de crédito a contratar fossem redistribuídas conforme solicitação do Distrito Federal

O Quadro V-4 apresenta a situação das operações de crédito a contratar do Anexo V desta revisão discriminando valores apresentados no PVL e recomendados na COFIEIX.

Quadro V-4 – Situação das operações de crédito a contratar

Projetos / Programas	Entidade Financeira	Situação do Pleito		Valores (\$ mil na moeda de contratação)		
		PVL	COFIEIX	PVL	COFIEIX	Anexo V
Brasília Sustentável II	BID	Sim	101ª Reunião	100.000	100.000	390.480
Proconfins/DF	BID	Não	118ª Reunião (*)		115.021	449.135
Aquis.de 10 Trens p/a Linha 1 do Metrô DF	BNDES	Não	-			220.000
Cpac Itapoã Parque	B. Brasil	Sim	-	46.775		46.775
Cpac Riacho Fundo II – 3ª Etapa	Caixa	Não	-			18.056
Cpac São Sebastião - Crixá	Caixa	Não	-			52.512
Cpac São Sebastião - Nacional	Caixa	Não	-			45.937
Estações 104, 106 e 110 Sul do Metrô	BNDES	Não	-			75.000
Infraestrutura Urbana e Social	B. Brasil	Não	-			600.000
Modernização e Aparelhamento da Defensoria Pública do DF	BNDES	Não	-			7.200
Obras Melhorias Sist Viário Equip Urb – Eixo Norte	BNDES	Não	-			322.100
Pavimentação e Qualificação das Vias Urbanas – Por do Sol	Caixa	Não	-			50.000
PNAFM 2ª Fase	Caixa	Sim	-	30.618		30.618

(\*) Projeto foi retirado de pauta da COFIEIX, tendo em vista a prioridade do Ministério da Fazenda em conceder garantia para projetos de investimento.

O Quadro V-5 apresenta todas as operações de crédito a contratar previstas no Programa relativo ao triênio 2016-2018.

Quadro V-5 – Discriminação das operações de crédito a contratar da 13ª revisão

Projetos / Programas	Entidade Financeira	Valor (R\$ mil dez/15)
Brasília Sustentável II	BID	390.480
Proconfins/DF	BID	449.135
Aquisição de 10 Trens para a Linha 1 do Metrô DF	BNDES	220.000
Cpac Itapoã Parque	B. Brasil	46.775
Cpac Riacho Fundo II – 3ª Etapa	Caixa	18.056
Cpac São Sebastião - Crixá	Caixa	52.512
Cpac São Sebastião - Nacional	Caixa	45.937
Estações 104, 106 e 110 Sul do Metrô	BNDES	75.000
Infraestrutura Urbana e Social	B. Brasil	600.000
Modernização e Aparelhamento da Defensoria Pública do DF	BNDES	7.200
Obras Melhorias Sist Viário Equip Urb – Eixo Norte	BNDES	322.100
Pavimentação e Qualificação das Vias Urbanas – Por do Sol	Caixa	50.000
PNAFM 2ª Fase	Caixa	30.618
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>2.307.813</b>

Cabe registrar que a operação de crédito referente ao Programa Infraestrutura Urbana e Social prevê a utilização de taxa variável vinculada a condições de financiamento do mercado privado em vez de condições associadas ao crédito direcionado (créditos destinados a determinados setores ou atividades, realizados com recursos regulados em lei ou normativo), bem como prazos de vigência e amortização distintos daqueles observado em operações de crédito de Estados e Municípios.

Além disso, as condições contratuais das operações de crédito referentes aos Programas Cpac Itapoã Parque, Cpac Riacho Fundo II – 3ª Etapa, Cpac São Sebastião – Crixá, Cpac São Sebastião – Nacional, Infraestrutura Urbana e Social e Modernização e Aparelhamento da Defensoria Pública do DF apresentam prazos de vigência e de amortização distintos daqueles em geral observados nas operações de interesse dos Estados e Municípios, as quais, geralmente, apresentam condições de maior prazo por contarem com fundo proveniente do chamado crédito direcionado do Sistema Financeiro Nacional.

